

O PANORAMA POLÍTICO

UM FOCO ANALÍTICO SOBRE O PLANALTO E A POLÍTICA PARA OS PRÓXIMOS 7 DIAS

BRASÍLIA, 7 DE DEZEMBRO DE 2020

POR MÁRCIO FERNANDES

NO PLANALTO: OLHAR SOBRE DOIS TEMAS FUNDAMENTAIS

Os próximos 7 dias no Planalto serão invariavelmente influenciados por dois eventos fundamentais: 1) a decisão do último domingo do STF que vetou a hipótese de reeleição dos atuais Presidentes da Câmara e do Senado; 2) os debates e tensões entre o Governo Federal e governadores com relação à definição de um cronograma para a vacinação contra a Covid-19.

A divulgação dos resultados de 1º e 2º turnos das eleições municipais deram a percepção de perda ao Planalto. No entanto, mais do que representar uma derrota direta do Presidente Bolsonaro, as eleições municipais manifestaram o desdobramento de certos fenômenos de fundo já esperados e anunciados por nós. Primeiro, viu-se uma tendência geral de consolidação de uma orientação política de centro-direita e relativamente moderada, típica dos movimentos políticos municipais em momentos de incerteza. Tratou-se, como já havíamos anunciado, de uma revisão quanto às preferências mais radicais manifestadas nas eleições de 2018 e que, dois anos depois, foram ponderadas pelos imperativos pragmáticos das disputas municipais (que, no Brasil, possuem forte lógica local). Moderou-se o radicalismo, mas não necessariamente a vontade do eleitor em buscar candidatos com perfil mais à Direita do espectro político. Segundo, o ambiente econômico de forte retração e as incertezas sanitárias derivadas da continuidade da epidemia de Covid-19 (que, segundo balanço do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, já resultou em 6.674.999 infectados e 178.159 óbitos em balanço de 01/12) têm fragilizado o Governo Federal e posto em dúvida sua capacidade de conduzir o país na complexa gestão de temas nacionais.

De todo modo, o saldo final das eleições municipais – ainda que não sejam determinantes para selar tão antecipadamente os destinos do Presidente Bolsonaro a partir de 2022 – terá impacto indireto sobre a governabilidade do Planalto nos próximos meses. O bom desempenho de siglas do chamado Centrão – como o PP, PSD, Republicanos e setores do DEM e do MDB – poderá tornar mais caro o apoio dado por estas siglas ao Governo Federal no Congresso Nacional. Assim, o Governo Bolsonaro – já simbólica e estrategicamente enfraquecido pela derrota de Donald Trump nos EUA – será desafiado por imperativos locais de maior força manifestados na dinâmica de disputa de poder no Congresso e nos desafios da gestão econômica e sanitária do país em tempos de pandemia.





NO CONGRESSO: NEGOCIAÇÕES PARA ELEIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS

A votação do último domingo no STF – que proibiu a recondução de Alcolumbre e Maia para as Presidências do Senado e da Câmara, respectivamente – pegou o mundo político de Brasília de surpresa. Ainda assim, já na noite daquele dia, lideranças partidárias buscavam organizar-se em torno dos possíveis candidatos ao comando das duas Casas. Como já dissemos anteriormente, o pano de fundo da disputa está relacionado à 1) condução de Presidências na Câmara e no Senado mais alinhadas ao Planalto ou 2) com maiores autonomia e independência, capazes de neutralizar a estratégia de proeminência política do Governo sobre o Poder Legislativo. A consolidada rivalidade entre Rodrigo Maia e Bolsonaro e a sensação de pouco apoio dedicado pelo Planalto a uma votação no STF que garantisse a recondução de Alcolumbre acirraram divergências entre o Congresso e a Presidência da República. Assim, aumentou a expectativa quanto à escolha de nomes que imponham maior autonomia na relação entre estes Poderes. Na Câmara, consolidou-se a disputa entre dois grandes grupos: o bloco de tendências conservadoras governistas ao redor da liderança de Arthur Lira (PP/AL) e a ala liberal sob a liderança de Rodrigo Maia (DEM/RJ).

Em sondagens ainda não conclusivas, Lira tem contado com o apoio de legendas como o PL, Solidariedade, Avante, PSD, Patriota, PSC e PTB, com votos em torno de 160 deputados. Lira tem reclamado da falta de apoio por parte do Governo Federal e tem sinalizado ao Planalto da possibilidade de abrir negociações junto ao PT e PCdoB para garantir número de votos suficientes para conduzi-lo à Presidência da Casa (o que levou Bolsonaro a sondar, ainda sem sucesso, a possibilidade de lançar candidato alternativo, tal como os ministros Fábio Faria – PSD/RN ou Teresa Cristina – DEM/MS, ambos deputados licenciados). Rodrigo Maia, por outro lado, já anunciou publicamente a hipótese de apoiar pré-candidaturas como as de Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), Marcos Pereira (Republicanos/SP), Elmar Nascimento (DEM/BA), Luciano Bivar (PSL/PE) e Baleia Rossi (MDB/SP). A intenção seria anunciar assim que possível a formação de um novo bloco com cerca de 130 parlamentares, composto pelo DEM, PSL, Cidadania, MDB e PV. Discretamente, Maia tem sinalizado preferência por Baleia Rossi, dado o potencial de sua liderança em vincular uma possível vitória na Câmara a uma nova tendência de enfraquecimento do Presidente Bolsonaro nas próximas eleições presidenciais. Sabe-se que Rossi deseja impedir a aproximação do MDB da Câmara a Jair Bolsonaro, tendo em vista a formação de uma chapa presidencial de Centro-Direita para o ano de 2022.

No Senado, a forte decepção de Alcolumbre quanto à falta de apoio do Governo Federal em seu pleito no STF – e o seguido anúncio do Senador de que apoiaria uma candidatura independente ao Planalto – fez com que Bolsonaro solicitasse uma reunião de urgência com o ainda Presidente do Senado na última 3ª feira. Bolsonaro busca o apoio de Alcolumbre para o lançamento de um nome do MDB do Senado (mais próximo ao Governo), tais como Eduardo Gomes (MDB/TO, líder do Governo no Congresso) ou Fernando Bezerra (MDB/PE, líder do Governo no Senado). No entanto, Alcolumbre já havia sinalizado preferência por apoiar Antonio Anastasia (PSD/MG), Nelsinho Trad (PSD/MS), Rodrigo Pacheco (DEM/MG) ou Marcos Rogério (DEM-RO). De forma independente, antigos candidatos (Simone Tebet – MDB/MS, Eduardo Braga – MDB/AM, e Renan Calheiros – MDB/AL) também têm buscado apoio.

Assim, no Congresso, a disputa de ambas as Presidências serão feitas sob a sombra de determinantes nacionais para 2022. Justo por isso, espera-se que o Planalto antecipe parte da já anunciada reforma ministerial para o mês de janeiro, buscando atender a interesses de legendas que fortaleçam apoio ao candidato do Governo à Presidência da Câmara. De igual forma, há expectativa de que a busca de apoios afetará a dinâmica de liberação de recursos para emendas neste final de ano. O ambiente é propício para isso, tendo em vista a convocação do Congresso Nacional entre os dias 14 e 17 de dezembro para a realização de novo esforço concentrado para análise de indicações de autoridades (especialmente para agências reguladoras), apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o exame de cerca de 22 vetos presidenciais.





COVID-19: TENSÕES FRENTE A POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA VACINAÇÃO

Na esfera nacional, as pressões de Governadores e Prefeitos sobre o Governo Federal – com vistas ao anúncio de uma estratégia nacional de vacinação contra a Covid-19 – tomou ares de tensão federativa. Após anúncio unilateral do Governador João Doria (PSDB/SP) com relação a um Plano Estadual de Vacinação a ser iniciado entre os meses de dezembro e janeiro, um grupo de Governadores solicitaram reunião de urgência com o Ministério da Saúde para exigirem a apresentação de uma estratégia nacional para o tema. Para além das questões sanitárias, há uma preocupação de fundo político que também mira o ano de 2022: muitos Governadores temem ser eclipsados por uma liderança de Doria justamente no último biênio antes de eleições que serão de renovação de mandatos majoritários e proporcionais na órbita estadual.

O conjunto dos Governadores pressiona para que o Governo Federal coordene uma estratégia nacional de vacinação que não se concentre apenas em um único laboratório fornecedor. A demanda também foi reiterada por cartas abertas de forte teor crítico da Confederação Nacional de Municípios (representante de mais de 3 mil pequenos municípios do país) e da Frente Nacional de Prefeitos (que concentra a liderança dos Prefeitos das Capitais). Sabe-se que, nos bastidores, o inatividade e silêncio do Governo Federal quanto ao tema tem sido interpretada como apatia pelos Governadores, que têm receios de que, nesta pauta, o Presidente da República esteja sendo excessivamente influenciado pelos setores mais ideológicos e familiares do Planalto. A estratégia dos Governadores foi, portanto, dar um alerta de consciência ao Presidente e alertá-lo de que há imperativos políticos que são incontornáveis (sob risco de séria responsabilização pessoal). A expectativa dos Chefes estaduais é também a de que eles consigam convencer o Ministro da Saúde Eduardo Pazuello a antecipar esboço de estratégia de vacinação que havia sido anunciada pela pasta para iniciar-se apenas no mês de março.

Assim, quanto mais se acerca o último biênio da gestão presidencial, mais cada um dos temas de caráter nacional vinculam-se aos imperativos da eleição presidencial de 2022. No atual momento, o Presidente da República tem acumulados uma série de desvantagens e derrotas parciais que o põem em condição de isolamento – o que já foi percebido pelas principais lideranças políticas do país –, o que o faz depender ainda mais de um novo sopro positivo na gestão da política econômica que possa desequilibrar em seu favor a atual conjuntura. Trata-se de um grande desafio.

O **Panorama Político**® é um produto exclusivo para seus clientes e está sujeito aos limites de circulação e sigilo estabelecidos pelo termo contratual que propiciou sua produção e distribuição. Sua distribuição para além das pessoas e agentes autorizados é possível mediante autorização expressa e documentada das partes contratantes. Issued in Brasília by OLIMPIO&SONS Ltd.

©OLIMPIO&SONS 2020. The respective key symbols are among the registered and unregistered trademarks of OLIMPIO&SONS. All rights reserved.

